

7 — Os candidatos aptos que excedam as vagas postas a concurso são considerados reservas. Estes são chamados para efectuar o ETM quando os candidatos apurados não se apresentem na data fixada para início do ETM ou tenham desistido ou sido eliminados nos 10 dias úteis subsequentes à data de início do ETM.

Comando Operacional da Força Aérea

Base Aérea n.º 4

Despacho n.º 9905/2007

Subdelegação de competências

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego nas entidades a seguir designadas a competência para autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços, que me foi subdelegada pelo despacho n.º 1/2007, de 13 de Fevereiro, do comandante da Zona Aérea dos Açores:

- a) Até € 50 000, no comandante do Grupo de Apoio, tenente-coronel TOMET 043608-K, António João Ferreira Nunes;
- b) Até € 25 000, no comandante da Esquadra de Administração e Intendência, capitão ADMAER 088257-H, Vítor Manuel Pereira Branco.

2 — São ratificados todos os actos entretanto praticados pelas entidades subdelegadas que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências e que tenham sido praticados em data anterior à respectiva publicação.

15 de Fevereiro de 2007. — O Comandante, *Silvio José Pimenta Sampaio*, COR/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 9906/2007

Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 22 de Março de 2007, no exercício de competência delegada, foi a licenciada Suzana Valadas England nomeada docente do Centro de Estudos Judiciários, a tempo parcial, no período de Abril a Julho de 2007, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 81.º e no n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril.

28 de Março de 2007. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, *José António Branco*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 9907/2007

Por despacho do subdirector-geral de 14 de Fevereiro de 2007, por delegação de competências, foi Armando Jorge Cascarejo Correia da Silva, escrivão auxiliar, provisório, do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, exonerado por inaptidão para o exercício de funções.

24 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 9908/2007

Por meu despacho de 23 de Abril de 2007, por subdelegação de competências, foi convertida em definitiva a nomeação de Sónia Maria Menezes Serra, escrivã auxiliar, provisória, dos juízos de pequena instância cível de Lisboa, com efeitos desde 30 de Março de 2007.

27 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 9909/2007

Por meu despacho de 23 de Abril de 2007, por subdelegação de competências, foi convertida em definitiva a nomeação de Nuno José Martins Alves, escrivão auxiliar, em comissão de serviço, dos Juízos

de Pequena Instância Cível de Lisboa, com efeitos desde 6 de Abril de 2007.

27 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho (extracto) n.º 9910/2007

Por despacho de 20 de Abril de 2007 do director-geral dos Registos e do Notariado, foi convertida em nomeação definitiva a nomeação provisória da assistente administrativa do quadro de pessoal desta Direcção-Geral Célia Maria Costa Marchão Castanheira, com efeitos a 9 de Maio de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 9911/2007

Por despachos do director-geral de 26 de Abril de 2007:

Foi Alda Maria Carreira Formiga Gonçalves, escriturária do Cartório Notarial de Constância, colocada no Cartório Notarial de Alcanena, por permuta com Carla Alexandra Mestre da Cruz.

Foi Carla Alexandra Mestre da Cruz, escriturária do Cartório Notarial de Alcanena, colocada no Cartório Notarial de Constância, por permuta com Alda Maria Carreira Formiga Gonçalves.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 9912/2007

Por despachos do director-geral de 10 e de 16 de Abril de 2007, foi Maria Isabel Andrade da Cruz, escriturária, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizada a regressar ao serviço, para lugar de idêntica categoria (3.º escalão, índice 175), sendo afecta, nos termos do n.º 4 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, à 11.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, considerando-se integrada na conservatória de afectação, por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 112.º do mesmo diploma, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2007, data do início de funções. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 9913/2007

Por despacho de 26 de Abril de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, foi delegada na licenciada Isabel Maria Fernandes Alvoeiro Patrício, directora do Departamento de Relações Públicas e Documentação, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo serviço:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4) Autorizar deslocações em serviço;
- 5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- 6) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionamentos legais;
- 7) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 9) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11) Autorizar despesas com a aquisição de bens ou serviços de carácter urgente, até ao valor de € 150, no máximo mensal de € 500.

Pelo mesmo despacho e nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, foram ratificados todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes delegados ou que o venham a ser até à data da publicação deste despacho.

2 de Maio de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 9914/2007

Por despachos do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 24 de Abril de 2007 e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 30 de Abril de 2007, foi concedida licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional ao especialista-adjunto António Alonso Guedes Limão Farelo, do quadro da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2007, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

3 de Maio de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 9915/2007

Por despacho de 2 de Maio de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Baltazar Pinto, foram promovidos, após procedimento interno de selecção, Abagadil Maria Félix Trindade Paiva, Amadeu Manuel Afonso, Amélia Mariana da Graça Bonacho Durão, Ana Cristina Cadinha de Noronha, Ana Isabel Fernandes dos Santos, António de Jesus Teixeira de Almeida, Beatriz da Conceição Santos Gomes, Etelvina Eugénia Rodrigues, Fátima Berta Lopes Madruga, Isabel Manuela Pires da Cunha, João Carlos Gonçalves da Vinha, José António Real Farinha, José Carlos Cardoso Fonseca, José Carlos Carvalho de Oliveira, José Manuel Campos de Oliveira, José Torcato Esteves Soares, Maria Adília Cabrita Correia Gouveia, Maria da Conceição Santos Silva Ramos Carlos, Maria Elizabeth Dias Amaral, Maria Elizabeth Teixeira dos Santos, Maria Fernanda Lemos da Silva Freitas, Maria da Graça Sousa Medeiros, Maria Helena dos Santos Magalhães Torres, Maria Isabel Almeida Oliveira, Maria José Mendes Pascoal Amado, Maria Rosa da Conceição Santos e Mariana Fernandes Afonso Ribeiro, especialistas auxiliares de escalão 5 do quadro da Polícia Judiciária, a especialistas auxiliares de escalão 6 do mesmo quadro. (Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

3 de Maio de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9916/2007

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e nos termos do n.º 5 do meu despacho n.º 15 608/2005, de 19 de Julho, o engenheiro Artur Pato Mendes de Magalhães cessa, a seu pedido, com efeitos a 1 de Abril de 2007, as funções de assessor técnico que vinha exercendo no meu Gabinete.

30 de Março de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 9917/2007

Avaliação da viabilidade da barragem do Crato

Os estudos base realizados nos anos 50 do século XX indicaram a necessidade de construção de uma barragem próxima do Crato, no lugar do Pisão, que armazenasse os caudais da ribeira da Seda, com uma bacia hidrográfica que se estende das faldas do sistema montanhoso da serra de São Mamede até ao Crato.

A barragem foi inicialmente concebida para o regadio, tendo em conta a irregularidade do regime pluviométrico no Sul do País, e integrada no designado «Plano de rega do Alentejo». De acordo com informações recentes, a agricultura mantém interesse neste aproveitamento, mas este uso da água dificilmente justificará a totalidade do investimento a realizar.

Estudos desenvolvidos nos últimos anos identificam uma situação de potencial escassez de água na região, com o eventual esgotamento

de alguns aquíferos, o que aponta para que a barragem do Crato possa ganhar relevância no que se refere ao abastecimento de água às populações da região.

Efectivamente, projecções de consumos realizados no âmbito da empresa Águas do Norte Alentejano referem que os volumes de água disponíveis das barragens da Póvoa e Meadas e da Apartadura poderão ser insuficientes para garantir o abastecimento de água aos concelhos servidos por aquela empresa, estimando-se que venha a ser necessária uma reserva suplementar de cerca de 15 hm³. Deste modo, a construção da barragem do Crato poderá efectivamente revelar-se como uma alternativa ou como um complemento para a captação de água para abastecimento público.

Assim, determino:

1 — Que o Instituto da Água (INAG) retome os estudos preliminares necessários para avaliar a viabilidade da barragem do Crato, designadamente o desenvolvimento do procedimento de avaliação de impacto ambiental e o estudo do modelo de financiamento e gestão do empreendimento.

2 — O desenvolvimento destes trabalhos será feito em articulação estreita com a Águas de Portugal (AdP) e com o sector agricultura.

3 — Para além do abastecimento público e da rega, deve o INAG ter em conta outros utilizadores potencialmente interessados, designadamente nas áreas do turismo e produção de energia, identificando dinâmicas de desenvolvimento regional que a construção da barragem possa induzir e formas de financiamento e gestão que sejam adequadas à natureza do projecto, caso este se afigure viável.

20 de Abril de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 9646/2007

Por despacho de 27 de Abril de 2007 do vice-presidente Dr. António Manuel Viana Afonso, no uso de competência delegada pelo despacho n.º 20 946/2005 (2.ª série), de 9 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005, foi deferido o pedido de cessação de funções no cargo de director do Gabinete de Apoio Técnico de Évora solicitado pelo assessor principal Jan Gin Quon.

27 de Abril de 2007. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.

Aviso n.º 9647/2007

Por despacho de 27 de Abril de 2007 do vice-presidente, Dr. António Viana Afonso, no uso de competência delegada pelo despacho n.º 20 946/2005, de 9 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005, foram destacados dos gabinetes de apoio técnico para os serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, com efeitos à data do despacho, os seguintes funcionários:

a) Para o Departamento Regional de Gestão de Programas e Projectos:

Fernando Luís Rodrigues Sequeira, técnico superior principal do Gabinete de Apoio Técnico de Elvas. João Manuel Nabeiro Ensinas, assessor (carreira técnica superior) do Gabinete de Apoio Técnico de Elvas. Luís Fernando Dias Caraças, técnico superior principal do Gabinete de Apoio Técnico de Elvas. Raul Manuel Fuschini Bizarro, assessor principal (carreira técnica superior) do Gabinete de Apoio Técnico de Grândola, afecto aos serviços em Santo André. Vítor Manuel Carneiro Pinto Rei, assessor (carreira técnica superior) do Gabinete de Apoio Técnico de Elvas. Irene Estáquio Campino Neutel, fiscal técnico de obras especialista do Gabinete de Apoio Técnico de Elvas.

b) Para o Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento — Pedro Miguel Hernandez Salvador Guilherme, técnico superior de 1.ª classe do Gabinete de Apoio Técnico de Évora.

c) Para a Direcção de Serviços de Gestão Ambiental — Jan Gin Quon, assessor principal (carreira técnica superior) do Gabinete de Apoio Técnico de Évora.

d) Para a Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental — Maria Luísa Teixeira Gato Moreira Sertório, chefe de secção do Gabinete de Apoio Técnico de Évora.

27 de Abril de 2007. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.